

# Contradições e Desafios na Educação Brasileira 4

---

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



**Willian Douglas Guilherme**

(Organizador)

# **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**

**4**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 4)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-376-7 DOI 10.22533/at.ed.767190106  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 370.710981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 4º e último Volume, agrupamos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, sendo, na 1ª parte, 17 artigos e na 2ª, 11 artigos, fechando a coleção.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados nas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e trazemos a “Educação especial, família, práticas e identidade”.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DITADURA CIVIL-MILITAR E A EDUCACAO NA BAHIA: CERCEAMENTO POLÍTICO E CONTINUIDADE DO PENSAMENTO LIBERAL DE ANÍSIO TEIXEIRA E NAVARRO DE BRITTO	
<i>Daniela Moura Rocha de Souza</i> <i>João Carlos da Silva</i> <i>Maria Cristina Nunes Cabral</i> <i>Livia Diana Rocha Magalhães</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPINA GRANDE-PB: PRIMEIRAS ASPIRAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1958-1960)	
<i>Pâmella Tamires Avelino de Sousa</i> <i>Niédja Maria Ferreira de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A PRÁXIS PEDAGÓGICA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO	
<i>Márcia Dall’Agnol</i> <i>Denise Regina da Costa Aguiar</i> <i>Michel Santos Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PA	
<i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Sara Concepción Chena Centurión</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA: GREVE DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015	
<i>George Brendom Pereira dos Santos</i> <i>Mikaelly Cristiny de Almeida Pereira</i> <i>Sebastião Monteiro Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Amelioene Franco Rezende de Souza</i> <i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901066</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL: UMA POSSIBILIDADE ATRAVÉS DA FILOSOFIA SOCIAL MARXIANA	
<i>Zuleyka da Silva Duarte</i> <i>Belkis Souza Bandeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901067</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
DOCUMENTÁRIO: HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES ENTRE O PESSOAL E O PROFISSIONAL	
<i>Thiago Batista Assis</i> <i>Flomar Ambrosina Oliveira Chagas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>110</b>
HÉLIO OITICICA, AUGUSTO BOAL E PAULO FREIRE: PROPOSIÇÕES ANTROPOFÁGICAS E INTERCULTURAIS PARA O ENSINO DE ARTE	
<i>Ivete Souza da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>127</b>
INCOMPATIBILIDADE ENTRE E O CURRÍCULO PROPOSTO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FINALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Marcelo Velloso Heeren</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>137</b>
INDÚSTRIA CULTURAL E EDUCAÇÃO	
<i>Mariano Luiz Sousa dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>143</b>
LEI 10.639/2003: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE AÇÕES EXTENSIONISTAS EM BRAGANÇA-PA	
<i>Morgana da Silva Pereira</i> <i>Raquel Amorim dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>148</b>
LENDAS, PARLENDAS E CONTOS: ENSINANDO COM A CULTURA POPULAR	
<i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Samara de Souza Machado</i> <i>Jânio Guedes dos Santos Lobato</i> <i>Jones da Silva Gomes</i> <i>Raiane Ribeiro Cardoso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010613</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS	
<i>Pérsida da Silva Ribeiro Miki</i>	
<i>Kelly Rocha de Matos Vasconcelos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>170</b>
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: MÚSICA COMO METODOLOGIA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Daniela Rezende de Souza</i>	
<i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA: 2006-2015	
<i>Silvia Sofia Scheid da Silva</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
SEJAM BEM VINDOS! OS SENTIDOS DA PASSAGEM DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS ITINERANTE NO DISCURSO DO PÚBLICO PARTICIPANTE	
<i>Ana Carolina de Souza Gonzalez</i>	
<i>Wedencley Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010617</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
A NOTÍCIA COMO SITUAÇÃO EMERGENTE DO COTIDIANO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Débora Perdoná</i>	
<i>Jonas Daniel do Amaral Pinto</i>	
<i>Leticia Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>210</b>
A PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARTES CÊNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
<i>Andressa Christiny do Carmo Batista</i>	
<i>Valeska Ribeiro Alvim</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>222</b>
A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: ENTRE A LÓGICA DO MERCADO E DO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Joelson Juk</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010620</b>	



<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>239</b>
AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO A EXPERIÊNCIA EM CURSO NO CEFET-MG	
<i>Cynthia A. Bello</i>	
<i>José Geraldo Pedrosa</i>	
<i>Gleison Paulino Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010621</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>253</b>
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DE FILMES DE ANIMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA	
<i>Pâmela Beatriz do Rosário Estevam dos Santos</i>	
<i>Vivian Cristina Costa Castilho Hyodo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010622</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>267</b>
APLICAÇÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1	
<i>Roberta Emile Lopes de Oliveira</i>	
<i>Camila Amorim Moura dos Santos</i>	
<i>Edmar Egídio Purcino de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010623</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>278</b>
ATIVIDADES LÚDICAS E ROTINA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DO ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Dione Martins Magalhães</i>	
<i>Dayane Fernandes Ferreira</i>	
<i>Eraldo Carlos Batista</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010624</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>292</b>
DIAGNÓSTICO DE SINALIZAÇÃO EM TRILHAS TURÍSTICAS: PARQUE MUNICIPAL DO MINDU - MANAUS/AM	
<i>Heleno Almeida Lima</i>	
<i>Claudio Nahum Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010625</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>308</b>
RELATO DE OBSERVAÇÃO DE ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS	
<i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
<i>Lucas Antunes Tenório</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010626</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>317</b>
SABERES DOCENTES: A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE	
<i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i>	
<i>Alisson Lima Damião</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010627</b>	

**CAPÍTULO 28 ..... 328**

UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DO MAPA CONCEITUAL PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Felipa Pacífico Ribeiro de Assis Silveira*

**DOI 10.22533/at.ed.76719010628**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 340**

## A DITADURA CIVIL-MILITAR E A EDUCAÇÃO NA BAHIA: CERCEAMENTO POLÍTICO E CONTINUIDADE DO PENSAMENTO LIBERAL DE ANÍSIO TEIXEIRA E NAVARRO DE BRITTO

### **Daniela Moura Rocha de Souza**

Pós-doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Doutora em Educação pela UNICAMP.

Bolsista Capes. Membro do Grupo de estudos e pesquisa em História e Memória das políticas educacionais e trajetórias sócio-geracionais do Museu Pedagógico da UESB e do Grupo de pesquisa HISTEDBR. profadanymoura@gmail.com

### **João Carlos da Silva**

Pós-doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. É membro do Grupo de pesquisa HISTEDOPR- História, sociedade e educação no Brasil - GT Oeste do Paraná, Cascavel. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação. Joao.silva@unioeste.br

### **Maria Cristina Nunes Cabral**

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Membro do Grupo de estudos e pesquisa em História e Memória das políticas educacionais e trajetórias sócio-geracionais do Museu Pedagógico da UESB. cabracris19@yahoo.com.br.

### **Lívia Diana Rocha Magalhães**

Professora plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Doutora em educação pela UNICAMP, com pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ e estágio na Universidad Complutense de Madri. Coordenadora Geral do Museu Pedagógico da UESB. Irochamagalhaes@gmail.com

apresentar as propostas apresentadas e desenvolvidas por esses dois intelectuais, considerando as nuances presentes em cada contexto, trazendo para o debate o fato de que foram eles os sistematizadores da política educacional baiana do século XX entre continuidades e repressões, chegando à atualidade como intelectuais que ainda influenciam a educação do Estado. As incursões na pesquisa, com fontes documentais em acervos públicos e privados, que realizamos sobre a história e política educacional na Bahia, nos indicaram que a partir da primeira metade século XX, dois intelectuais – sendo eles: Anísio Teixeira e Luís Navarro de Britto compuseram o cenário estadual conduzindo, elaborando e sistematizando políticas educacionais que reestruturaram a educação em dois contextos aparentemente paradoxais. Atualmente, o resultado apresentado pela Comissão Nacional da Verdade apontou para o fato de que Anísio foi assassinado pelo grupo civil-militar que comandava a nação na década de 1970, Navarro de Britto também foi afastado da Bahia considerado subversivo enquanto era Secretário de Educação do Estado, passando a atuar fora do país. Interessante verificar que mesmo após o afastamento de ambos os expoentes da política educacional baiana do século XX, do cenário político, social, cultural, suas ideias não foram alteradas por quem

**RESUMO:** Esse texto tem como objetivo

assumiu suas posições, pelo contrário, foram retomadas e ampliadas, chegando até os dias de hoje adaptadas ao nosso contexto sem sofrer rompimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intelectuais, Política Educacional, Desenvolvimentismo, Ditadura. Bahia.

**THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AND THE EDUCATION IN BAHIA:  
POLITICAL CERTIFICATION AND CONTINUITY OF LIBERAL THOUGHT OF  
TEIXEIRA ANÍSIO  
AND NAVARRO DE BRITTO**

**ABSTRACT:** This text aims to present the proposals presented and developed by these two intellectuals, considering the nuances present in each context, bringing to the debate the fact that they were the systematizers of Bahian educational policy of the twentieth century between continuities and repressions, reaching the intellectuals that still influence the education of the State. The research inquiries, with documentary sources in public and private collections, that we conducted on educational history and politics in Bahia, indicated that from the first half of the twentieth century, two intellectuals - Anísio Teixeira and Luis Navarro de Britto composed the state scenario leading, elaborating and systematizing educational policies that restructured education in two apparently paradoxical contexts. Currently, the result presented by the National Commission of Truth pointed to the fact that Anísio was assassinated by the civil-military group that commanded the nation in the 1970s, Navarro de Britto was also removed from Bahia considered subversive while he was Secretary of State Education, starting to operate outside the country. It is interesting to note that even after the removal of both exponents of the Bahian educational policy of the twentieth century, from the political, social and cultural scene, their ideas were not altered by those who assumed their positions, but instead were resumed and extended until the days adapted to our context without suffering a break.

**KEYWORDS:** Intellectuals, Educational Policy, Developmentalism, Dictatorship. Bahia.

### **Á GUIA DE INTRODUÇÃO**

Os estudos historiográficos acerca da República entre 1930-1960, caracterizam este período como sendo marcado pela instabilidade econômica, política e social, por uma sociedade controlada, a partir de um sistema de dominação do latifúndio, exercida pelos “donos do poder”. É nítido ainda o processo de organização da vida urbano-industrial, conforme Basbaun (1957), Carone (1970), Faoro (1975), Fausto (1982), Holanda (1982). Por outro lado, evidenciou-se como instante de debate e disputa em torno de um projeto educacional para o Brasil, a partir da constituição das classes sociais modernas: burguesia, classe média e classe operária, de acordo com Xavier (1990), Ribeiro (1995).

A chamada Era Vargas (1930-1945) inicia esta longa trajetória, sinalizado pela

intervenção do Estado na economia, pela prática do populismo e pela organização da sociedade, sublinhado por um crescente autoritarismo e centralização do poder político, avançando no pós-64. Nas palavras de Florestan Fernandes (1982), as ditaduras foram instrumentos na tentativa de bloqueio às mudanças sociais, em contraposição às demandas da classe operária.

Neste cenário, assumindo posições filiadas aos princípios da Escola Nova, Anísio Teixeira é marcado por contradições, do ponto de vista das ideias pedagógicas, como sendo eclético e heterogêneo (SAVIANI, 2007, p. 251). Neste embate, apresentam alternativas teóricas e práticas para a solução aos problemas nacionais, entre eles o analfabetismo, defesa da escola pública e a necessidade da expansão e melhoria da educação escolar.

O espírito nacionalista-desenvolvimentista tomava conta do pensamento da intelectualidade brasileira, que confiava na instauração da democracia republicana como princípio norteador da modernização. Os agentes sociais da época viam a industrialização, sobretudo, contra o passado imperial que deixara como herança um grande contingente de analfabetos, considerado entraves para o progresso, produzindo um sentimento de euforia, expectativa e otimismo pela educação. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, tendo Anísio Teixeira como seu principal idealizador, é fruto deste momento. A questão da escolarização foi retomada como bandeira de salvação da República, e norteadora da modernização, desenvolvimento e progresso da nação, contudo, é importante ressaltar que categorias sociais menos privilegiadas também passaram ao longo das décadas do século XX a reivindicar uma educação escolar que estivesse acompanhada de transformações materiais, distribuição de riquezas, justiça e igualdade.

A modernização da sociedade brasileira era uma exigência de fato, fruto do estágio atingido no longo processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, de rural-agrícola exportadora para urbano-comercial dependente. Significou a necessária adaptação entre regiões hegemônicas e periféricas que integravam o sistema capitalista na fase industrial ou concorrencial (SILVA, 2009).

Esse texto tem como objetivo apresentar as propostas apresentadas e desenvolvidas por esses intelectuais, considerando *nuances* presentes em cada contexto, trazendo para o debate o fato de que foram eles os sistematizadores da política educacional da Bahia do século XX entre continuidades e repressões, chegando à atualidade como intelectuais que ainda influenciam a educação nestes estados.

## REPÚBLICA E AUTORITARISMO

Consideramos que o Estado Capitalista, está comprometido com a reprodução das bases materiais para o consenso, a contradição entre a desigualdade na materialidade das relações de produção, e com a igualdade político-jurídica do Estado que gera instabilidade democrática em todo o continente. Ainda que sejam em nome

da liberdade e democracia apelando para regimes autoritários e ditatoriais, visa perpetuar com a sociedade voltada para a produção de mercadoria, mercantilização das relações sociais e apropriação privada do resultado do trabalho coletivo com a mais-valia. A forma como o Estado se manifesta sendo de exceção ou não, ditatorial ou “democrático” depende da relação de força entre as diferentes classes (ALVES, 2009).

Há pelo menos duas décadas que antecederam ao golpe de 1964, na medida em que o Estado começava a interferir mais profundamente no processo de industrialização, o quadro educacional contava com a organização das Escolas Técnicas Federais. O ensino de uma forma geral passou a ser definido didaticamente da seguinte forma: as camadas médias e altas procuravam os ensinos secundário e superior como meios de adquirir ou aumentar o *status*, em contraponto às camadas populares que passaram a procurar com mais assiduidade escolas primárias e profissionais, legitimando dessa forma, o caráter dualista do ensino, acentuado pela legislação.

A partir da Constituição de 1946 (documento de inspiração ideológica e liberal-democrática) o governo vigente, visou agregar direitos e liberdades individuais à todos, porém intervencionados pelo Estado. Tomando por base tais princípios, o Ministro da Educação Clemente Mariani, do governo Eurico Gaspar Dutra, começou a formular um projeto de reforma geral da educação nacional, por meio de uma comissão de educadores presidida por Lourenço Filho que propôs um anteprojeto de Leis e Diretrizes para a Educação, encaminhado à Câmara Federal tramitou por anos até desembocar em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional n. 4.024/61 (ROMANELLI, 2010).

Nesse quadro, a educação foi registrando várias transformações, sobretudo, no que tange a defesa pela progressiva extensão das oportunidades de acesso a escola, pelo processo denominado de “democratização do sistema escolar para todos os níveis”, que Beisiegel (1986) apresenta como sendo o elemento central nas mudanças que vinham ocorrendo, gerando o crescimento de matrícula, inclusive na modalidade voltada para jovens e adultos beneficiados pelas Campanhas de alcance nacional ou regional durante as décadas de 1950 e 1960, mas distante de ter um desenvolvimento homogêneo, continuando marcado pela profunda desigualdade no atendimento às diversas áreas (urbanas e rurais), estados e regiões do País.

No contexto da década de 1950, emergiram estudos de comunidade, sendo uma preocupação ligada ao desenvolvimento, progresso e modernização da nação, fruto da denominada “Era de ouro”, onde o poder público, cada vez mais, ‘convocado’ a atuar de forma combinada ao capital privado nacional e estrangeiro em prol de uma modernização, na concepção de Ianni (2004, p.119), “[...] bastante influenciada pela capacidade gerencial, tecnologia, ou *know-how*, provenientes de matrizes e sucursais de empresas multinacionais”.

A problemática do desenvolvimento nacional trazia novas exigências para a educação e dava uma nova conotação política para o conceito de nacionalismo.

Enquanto isso, os debates que giravam em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), salientou uma disputa entre os defensores da escola pública e os da escola privada, sobre como deveria ser a organização do ensino. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) despontava como órgão hegemônico irradiador da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, penetrando inclusive na educação.

A emergência da industrialização foi o elemento central de alteração como um aspecto econômico, político, social e cultural, o período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo (1946-1964) modificou os dinamismos econômicos, socioculturais e políticos das regiões metropolitanas das grandes cidades, acarretando na intensificação da concentração de recursos naturais, humanos e técnicos, cedendo lugar a um capitalismo dependente. A educação estava inserida nesse processo como uma das prioridades (FERNANDES, 1976, p.348).

A partir de 1964, o populismo vai dando lugar ao autoritarismo, no qual o “Estado capitalista, burguês e militar, auxiliado pela aliança imperialista, traçaria os objetivos da educação que ofereceria às novas gerações” (SANFELICE, 2007, p.555). Contudo, havia interesses antagônicos forjados pelos movimentos sociais (operários, camponeses, setores das camadas médias, etc.), como também por grupos de intelectuais que estiveram traçando movimentos de resistência durante e depois do Golpe Civil-Militar.

As décadas de 1960 e 1970 marcaram, não apenas no Brasil, a nova proposta de reorganização do capital por meio dos ideais neoliberais, que se tornou consenso entre os grupos dominantes, proporcionando um conjunto de ataques contra as conquistas da classe trabalhadora em períodos anteriores e contra o modelo desenvolvimentista que já não atendia a essa nova realidade, somando-se ao fato de que o grupo dominante não conseguia mais manter a coesão entre as frações aliadas e também não conseguia estabelecer o consenso entre a classe dominada, o elemento de coerção passou então a ser o caminho mais evidente na luta por uma nova hegemonia.

A reforma de todo o ensino e dos demais setores sociais, que na Bahia teve como mentor Luís Augusto Fraga Navarro de Britto, somada ao Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, inspirado em concepções neoliberais, a repressão violenta com torturas, prisões, sequestros, execuções, censura e desaparecimentos, a maciça intervenção estadunidense, como também na contramão, a explosão de focos de resistência, organizações de luta armada, e oposição aos regimes instalados, todos esses traços estiveram presentes em praticamente toda a América Latina.

Reportando-nos ao Brasil e a organização das *estufas ideológicas* que organizaram e legitimaram a ditadura neste país, com o slogan da Doutrina Nacional e Desenvolvimento, enquanto na década de 1950 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), produzia uma ideologia de cunho nacionalista e desenvolvimentista, a Escola Superior de Guerra (ESG), já elaborava uma ideologia de interdependência com o bloco capitalista, sobretudo com os EUA, defendendo uma maior produtividade e abertura para as empresas multinacionais e associadas. A ideologia da ESG, na

década seguinte, tornou-se ideia hegemônica em associação com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a elite dirigente do país.

Armand Dreifuss (1981), demonstrou a atuação direta do complexo IPES/IBAD em ligação com a ESG na consolidação e autonomia da elite orgânica integrante do bloco multinacional e associado, que terminou ganhando hegemonia no Brasil a partir do golpe instaurado em 1964. Essa liderança econômica era incompatível com o domínio político da burguesia tradicional e setores oligárquicos. Tal assimetria promoveu um transformismo molecular, que abarcou desde a criação da ESG em 1948, até à renúncia de Jânio Quadros em 1961, período que envolveu a preparação histórica para a organização do poder, marcado por várias tentativas mal sucedidas por parte do bloco *modernizante- conservador*, na qual foram criados anéis burocrático-empresariais, escritórios, centros militares e burocráticos de doutrinação e difusão ideológica, formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado, no mesmo instante em que o bloco populista oligárquico e industrial dava sinais de declínio.

A reformulação ideológica e o papel político dos militares, contaram primeiro com a legitimação do seu intervencionismo no sistema político, fundamentada pela doutrina de Segurança Nacional e elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), legalizada em 1949, aos moldes da *National War College* dos EUA, fundada em 1948, e que recebeu a visita do general brasileiro Salvador César Obino (SAVIANI, 2008). Suas origens coincidem com o Estado Novo de Vargas (atualizando o lema *Ordem e Progresso para Segurança e Desenvolvimento*), sendo alimentado pelas correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional (UDN), que reconhecia nas Forças Armadas o famoso poder moderador que subordinava o Estado aos limites da lei (DREIFUSS; DULCI, 1983). É importante destacar que as Forças Armadas se constituíram como um dos braços do Estado e não como uma classe, conforme alguns autores consideravam.

Diante deste breve panorama com foco na passagem do nacional desenvolvimentismo para a ditadura civil-militar, vamos encontrar a educação mantendo o status de salvadora da nação e propulsora do progresso e desenvolvimento que assumiu nos diferentes contextos que ressaltamos um discurso de legitimação da ordem vigente, tal como as reformas que a sucederam ao longo das décadas enfatizadas.

Tomando a Bahia como recorte espacial de análise, os representantes das políticas educacionais desses dois períodos foram Anísio Teixeira e Navarro de Britto, o primeiro considerado um dos principais intelectuais da educação do país que durante o regime de 1964 sofreu perseguições, e o segundo dando continuidade as ideias educacionais de Teixeira, implantou uma série de reformas, leis e decretos para todos os níveis da educação, que após também ter sido afastado do posto de Secretário da Educação por conta de desentendimentos com grupos políticos locais, não teve o



pensamento interceptado, os demais que ocuparam a sua vaga deram continuidade as propostas por ele iniciadas. É neste cenário de contraditórias permanências que situamos Anísio Teixeira e Navarro de Britto entre cerceamento e continuidade.

## ANÍSIO TEIXEIRA E A EDUCAÇÃO NACIONAL

Quais motivos poderiam ter suscitado a ira daqueles que estavam à frente da presidência da República brasileira nos períodos autoritários? Como um sujeito de posicionamento liberal pôde ser perseguido em dois momentos da história nacional, a saber o Estado Novo e a Ditadura Civil Militar de 1964, a ponto de ser assassinado? Uma figura emblemática, sem dúvida, já dizia Afrânio Coutinho na década de 90 do século passado:

[...] Nunca lhe deixaram o caminho livre. Civis, militares e religiosos identificaram-se na tarefa inglória de impedir a sua ação inovadora. Pregaram-lhe nas costas etiquetas as mais mentirosas [...] COMUNISTA, SUBVERSIVO, TEÓRICO, AMERICANÓFILO, ESTRANGEIRADO<sup>1</sup>. Com isso impediram qualquer tentativa de sua clarividência e capacidade de visualizar o problema educacional brasileiro. E com isso desperdiçaram uma extraordinária oportunidade de resolvê-lo, melhorá-lo, [...] para o bem público, para uma educação para todos integrada, sem discriminação, globalizante. (COUTINHO, 1994, p. 14).

Anísio Teixeira, em sua filosofia educacional, foi um sonhador, um visionário, que apresentava ideias à frente do seu tempo. Ele conseguia observar o avanço social e, baseando-se nas transformações que já estavam ocorrendo em países mais desenvolvidos, propor transformações significativas na educação. Dizia:

[...] podemos perceber a nova finalidade da escola, quando refletirmos que ela deve hoje preparar cada homem para ser um indivíduo que pense e que se dirija, por si, em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexa e mutável. [...] sem nenhum exagero, se quisermos que a nova ordem de coisas funcione com harmonia e integração, precisamos que cada homem tenha as qualidades de um *líder*. Pelo menos a si ele tem que guiar, e o tem que fazer com mais inteligência, mais agilidade, mais hospitalidade para o novo e imprevisível, do que os velhos *líderes* autoritários de outros tempos. [...] (TEIXEIRA, 1930, p. 9).

Pelo exposto, podemos perceber que urgia a formação de um novo homem adaptado ao mundo moderno, um sujeito livre, independente e tolerante, com uma nova mentalidade que o conduziria à ação, a fazer o progresso acontecer. Em suas palavras: “[...] essa mudança e esse “progresso”, o homem moderno o sente: é ele que o faz. (TEIXEIRA, 1930, p. 5).

Na concepção de Anísio Teixeira caberia à escola a função de transpor os limites do patriarcalismo uma vez que a mesma é a responsável pela formação das novas gerações. Para tanto, urgia que fosse ampliado o acesso à mesma a ponto de atingir a todos os cidadãos, de forma comum e única. Anísio Teixeira apresenta a democracia norte-americana como modelo para a sociedade brasileira e tomando como base os

1 Destaques do autor.

seus principais fundamentos, reforça o poder da educação na construção democrática de uma sociedade. Para o mesmo,

[...] a democracia americana pressupõe três factos fundamentais: a) que todos os homens têm completo direito a uma perfeita participação nas formas mais altas de vida social, o que envolve direito, a igual oportunidade econômica e igual oportunidade educativa; b) que a vida neste planeta está sujeita às leis ordinárias de evolução, sendo a progressiva libertação do homem, dentro das suas condições naturais de vida, uma questão de esforço, de experiência e de ascensional ajustamento; c) que o homem, pela largueza do seu coeficiente de educabilidade e pelo seu poder de controle sobre as causas naturais que lhe dá o conhecimento, vai-se tornando, cada vez mais, senhor e juiz do seu destino na terra (TEIXEIRA, 1930, p. 18).

O que então se propunha era a transformação do caráter e da forma de conviver na sociedade. A escola não poderia se manter formando sujeitos dóceis, incapazes de compreender a conjuntura política, social e econômica em que estava inserido. Em suas palavras:

Que enormes, pois são as novas responsabilidades da escola: educar em vez de instruir, formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto e desconhecido em vez de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a *viver* com mais inteligência, com mais tolerância, mais finamente, mais nobremente e com maior felicidade, em vez de simplesmente ensinar dois ou três instrumentos de cultura e alguns manuaizinhos escolares (TEIXEIRA, 1930, p. 10).

Certamente, ao podar a manifestação do pensamento de Teixeira, desejava-se cortar pela raiz a propagação dos ideais que atrapalharia a implantação das políticas autoritárias, políticas essas, que se autodenominavam “Revolução Democrática”.

Anísio Teixeira reitera que somente com uma população educada seria possível a realização plena da democracia. Para o mesmo,

Há 4 tipos de Governo, dizia-nos o professor Russel, da Universidade de Columbia: há o Governo dos ignorantes pelos ignorantes, que é tirania; há o Governo dos que sabem pelos ignorantes, que significa revolução próxima; há o Governo dos ignorantes pelos que sabem, que é despotismo benevolente; e há o Governo dos que sabem pelos que sabem que é Democracia. Que tivemos até hoje? Quando muito, despotismo benevolente, o Governo dos ignorantes pelos que sabem ou pretendem saber. E isto por quê? Porque não fizemos da educação o serviço fundamental e básico do Estado (TEIXEIRA, 1947, p. 90).

Além disso, afirma que o Brasil nunca se esforçou para que se efetivasse o ideal da democracia. Por isso reforça:

Falamos em Democracia, temos aspirações democráticas, sentimentos democráticos. Suspiramos pela Democracia, *mas nunca lhe quisemos pagar o preço. O preço da Democracia é a educação para todos*<sup>2</sup>, educação boa e bastante para todos, a mais difícil, repetimos, das educações: a educação que faz homens livres e virtuosos (TEIXEIRA, 1947, p. 90).

---

2 Destaques do autor.

No Brasil, a ditadura Vargas (1930-1945), a ditadura civil-militar (1964-1985) e em nível internacional a Guerra Fria (1945-1989), foram momentos que os Estados Unidos marcaram suas influências, interesses territoriais e hegemônicos nos países em desenvolvimento.

Segundo Germano estes fatos marcaram a história brasileira:

Com efeito, em todo o período 1937-1964, as Forças Armadas clamariam por um Estado forte e ditatorial. Em nome do anticomunismo, combateram o 'subversivismo esporádico das massas populares' (Gramsci) e, após a Segunda Guerra Mundial, aliaram-se 'à mais poderosa nação americana', convertida em defensora da civilização ocidental e cristã. Em 1948, portanto, no contexto da chamada Guerra Fria, foi criada a Escola Superior de Guerra, (ESG), que daria cunho definitivo à Ideologia da Segurança Nacional, cujas bases conceptuais visavam justificar o controle das Forças Armadas sobre o Estado (GERMANO, 1994, p.47).

Neste embate político-educacional, a partir de uma ideologia que buscava crescer economicamente, a formação educacional era prioridade. O enfraquecimento da frequência escolar aos que estavam em idade de ensino e elevados números de evasão escolar e repetência, eram apontados pelo projeto como problemas centrais. Dessa forma foram feitos acordos com os Estados Unidos, com o objetivo na formação educacional para reforçar a demanda de mão de obra nas indústrias.

Conforme Romanelli (1983), até meados dos anos 1970, houve o crescimento da urbanização, um aumento demográfico e o acréscimo da renda per capita que geraram a redução da taxa de analfabetismo no país.

Entre 1900 e 1970, porém, as diferenças são bem sensíveis: a população cresceu quatro vezes, a densidade demográfica aumentou quase cinco vezes, a população urbana cresceu mais de cinco vezes e o índice de analfabetismo dobrou. Se se leva em conta que a população da faixa etária de 15 anos e mais triplicou ao mesmo tempo que dobrou seu índice de alfabetização, pode-se concluir que houve um esforço da sociedade brasileira para diminuir o número de seus analfabetos (ROMANELLI, 1983, p.62-63).

Em suma, podemos considerar que o processo de urbanização é um elemento que levou o aumento populacional, na concentração da área urbana acarretando a maior demanda pela escolarização. Grosso modo, a educação era uma das ferramentas que acompanhava estas mudanças e marca historicamente a nova formação da atuação do capital.

## NAVARRO DE BRITTO E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA BAHIA

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto<sup>3</sup>, durante o mandato de Secretário de

3 Junot Silveira, jornalista do periódico *A Tarde*, de Salvador, entrevistando o professor Navarro de Britto, no dia 30 de agosto de 1981, apresentou o curriculum vitae do referido professor na qual consideramos pertinente citar: "*Doutor pela Universidade de Paris (1961); estagiário no San Diego State College-USA (1969); professor dos mestrados de Ciências Sociais e de Educação da Universidade Federal da Bahia; membro do Conselho Federal de Educação; ex-professor da Universidade de Brasília (1964-1965) e do Institut d'Etude du Developpement Économique et Social da Universidade de Paris*

Educação da Bahia (1967-1970), criou e aplicou a Lei Orgânica de Ensino; a Lei da Reforma da Administração da Secretaria de Educação e Cultura; a Lei que criou o primeiro Estatuto do Magistério Público da Bahia; o Plano de emergência educacional e o Plano Integral de Educação e Cultura da Bahia (PIEC), que abarca todos os níveis e modalidades de ensino, assim como, a criação dos Centros Integrados de Educação em todo o Estado.

O movimento educacional proposto por Navarro de Britto (1935-1986) materializou o lema *Educação é Desenvolvimento* como matiz norteadora da Política Educacional baiana, considerando que ele foi o sistematizador das reformas educacionais para todas as modalidades de ensino implementadas durante a Ditadura civil-militar.

Entre maio de 1966 e março de 1967, no governo de Castelo Branco, Luís Viana Filho então ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao assumir o governo do Estado da Bahia, convida Navarro de Brito a substituí-lo; em seguida, a convite do então governador Luís Viana Filho, assume a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, permanecendo até 1970, quando foi “convidado a sair” pelo grupo da “linha dura” que lhe fazia oposição.

A atuação de Britto, enquanto intelectual orgânico do regime civil-militar, portador do discurso liberal de inovação na educação, e continuidade com o pensamento de Anísio Teixeira ocasionou conflitos por parte de um grupo da elite tradicional baiana no período, capitaneada por Antônio Carlos Magalhães (ACM) que era o líder da ARENA na Bahia, que devido a divergências ideológicas e políticas, influenciou para a sua exoneração do cargo de secretário de educação, durante o governo de Luís Viana Filho e tentou boicotar a implementação das propostas educacionais por ele elaboradas. Em decorrência das pressões e perseguições e das acusações de subversão, Navarro de Britto partiu para o exílio na França, tornou-se professor do *Institut d'Études du Développement Économique et Social* da Sorbonne, quando foi convidado a se tornar especialista da UNESCO, e realizar alguns projetos educacionais para a América Latina.

Quando retornou ao Brasil, sob algumas restrições políticas, tornou-se diretor do Centro de Recursos Humanos da UFBA em 1974, assessor para assuntos de graduação e pró-reitor de planejamento, enquanto exercia o cargo de Conselheiro Federal de Educação em 1980. Em 1984, foi eleito pelos professores, funcionários e alunos à reitoria da UFBA, porém, foi preterido nesta indicação pelos órgãos de segurança do governo federal, o que ocasionou sua partida novamente para o exterior, assumiu a diretoria do Departamento de Assuntos Educativos da OEA. Esteve na Bahia pela última vez, em 1986, para participar de um seminário, no qual defendeu

---

(1970-71 e 1971-72); ex-técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1971a/1973); ex-membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (1966 a 1970); ex-membro do Conselho de Coordenação da CAPES; ex-presidente do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1967); ex-secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1967 a 1970); ex-chefe da casa civil da presidência da república (1966 a 1967)” (BRITTO, 1991a, p.35-36).

sua última proposta educacional: o quinquênio de alfabetização das Américas; com o objetivo de que todos os governantes dos países membros da OEA atingissem a meta do analfabetismo zero no ano 2000. Mas, no ínterim desse projeto, devido a problemas cardíacos veio a óbito.

Esses dados biográficos podem ser encontrados no primeiro dos três volumes da Coletânea Navarro de Britto (1991a)<sup>4</sup> composta por vários artigos elaborados pelo mesmo ao longo de sua trajetória, constituindo-se assim em um importante documento que apresenta as suas propostas e realizações educacionais, o seu trabalho intelectual na área do conhecimento, bem como a contextualização política e ideológica dos seus conceitos.

Em um artigo publicado na revista *Porto de Todos os Santos*, de Salvador em 1968, Navarro de Britto (1991a) defende que a primeira redefinição de política nacional deveria abarcar a substituição da diretriz “educação para o desenvolvimento” pela programática de que “educação é desenvolvimento”, considerando que essas expressões, para além de meros jogos de palavra, produzem consequências bem distintas, e resultam em atitudes e comportamentos diferentes. No primeiro caso, a educação aparece como sendo uma atividade paralela ao desenvolvimento, de acordo com o autor, deseja-se orientá-la, estimulá-la como um simples bem de consumo. Já no segundo caso, ao contrário, a educação aparece como um elemento constitutivo, avaliada como um investimento produtivo. A crítica maior feita por Britto é que a vida nacional tem-se aliado à primeira concepção, buscando executar uma política da educação para o desenvolvimento não lhe poupando “as degolas orçamentárias, as retenções de fundo, a economia no consumo” (BRITTO, 1991a, p.2), a poupança simplória de recursos, que de acordo com o autor, descaracteriza a educação como o agente de desenvolvimento, uma vez que a política nacional desdenha a sua função de controle e a sua natureza promotora de mudanças e mais:

[...] Na medida em que desempenha uma função de controle social, a educação reage a contrário *sensu*, como fator de mudanças. A expansão do ensino entre as massas trabalhadoras torna a produção uma atividade consciente e provoca não só o crescimento econômico como a vontade militante de participação mais elástica na renda nacional. De outra parte enquanto criadora de hábitos de consumo, a educação contribui, de modo permanente e progressivo, para a dilatação de um mercado potencial de bens e serviços (BRITTO, 1991a, p.2).

A partir daí, verificamos que Navarro de Britto (1991a) assume seu discurso

---

4 A referida coletânea é fruto de um projeto desenvolvido pelo INEP, no sentido de estimular trabalhos dentro da temática da história da educação brasileira e até 1989 tinha publicado na série: *Memórias da Educação Brasileira*, as seguintes obras: *Memórias de um educador de Paschoal Lemme* (a primeira obra da série); *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)* de José Ricardo Pires de Almeida; os *Cadernos sobre a Faculdade Nacional de Filosofia* (em quatro tomos) coordenador por Maria de Lourdes Fávero e em 1991 a *Coletânea Navarro de Britto* composto por artigos e conferências realizadas por ele entre as décadas de 1960 e 1980, dividida em três volumes a seguir respectivamente: *Educação na Bahia: propostas, realizações e reflexões* (1991a), *Educação no Brasil e na América Latina: questões relevantes e polêmicas* (1991b) e *Educação: reflexões que transcendem tempos e espaços* (1991c).

liberal, com base em Anísio Teixeira, defendendo a democratização do ensino e aprendizado para todos, e que o ensino elementar deveria ser absorvido pouco a pouco pelo governo e pelas entidades locais, para facilitar à integração da escola na comunidade e tornar mais eficaz a administração deste ramo de ensino, repartindo com o Estado e com a União, o custo de todo o sistema educacional.

Quando analisamos artigos publicados em diversas revistas, e conferências de Britto no Instituto francês e na OEA, verificamos que o mesmo utiliza da análise crítica que, por vezes, se aproxima dos discursos socialistas para a educação, quando cita Gramsci, Paulo Freire, Marx e Lukács, na defesa de um ensino público e gratuito de qualidade para todos, criticando a meritocracia e privatização do ensino em todos os níveis e a marginalização que impõe a dualidade: ensino de qualidade para ricos e classe média e de pouca qualidade para os pobres. Daí, ser acusado de subversivo por um grupo político conservador hegemônico na Bahia.

Contudo, sua postura liberal, contraria as concepções socialistas, quando defende um ensino que deveria obedecer aos moldes norte-americanos com padrões de qualidade franceses a fim de alavancar o desenvolvimento e progresso na Bahia, Brasil e América Latina. Como representante da UNESCO e da OEA, as pesquisas levantadas por ele apresentaram que o subdesenvolvimento desses países estaria diretamente ligado à baixa qualidade da educação, o que contribuiria para ao emperramento da economia desses países que deveriam se espelhar no modelo dos EUA para seguir em frente. O sistema capitalista não é, em momento algum, questionado por Navarro de Britto, ao contrário, a crítica feita pelo autor se destinava aos grupos políticos tradicionais que, por interesses diversos, não estavam priorizando a educação de qualidade, conforme verificado em países como EUA, Inglaterra, França, Alemanha, países em que o capitalismo em seu pleno desenvolvimento havia dado certo, era esse o rumo que Britto queria proporcionar ao Brasil.

Porém, o foco de Navarro de Britto (1991c) é com a educação. Ele faz todo um apanhado histórico, desde a Antiguidade Grega, até o século XX, tanto do desenvolvimento quando da educação, a fim de mostrar que ambas estão conectadas e que a educação não tem valor reconhecido por parte do governo brasileiro como deveria ter. No âmbito educacional, aponta a contribuição de Rousseau, no século XVIII, com o *Emílio, ou da educação* e, também, com o *Contrato Social*. Depois, discute o associacionismo de Johann Herbart e a contribuição de Maria Montessori para o estudo da aprendizagem, que segundo ele deu um passo importante para “os mental e socialmente atrasados” (p.10), daí considerar que a educação no século XX destacou a análise sociológica de Émile Durkheim (salientando as relações entre as funções cognitivas e os fatos sociais), com a teoria da reprodução social, que orientou grande parte dos professores e pesquisadores do ensino superior na Bahia e, também, de John Dewey, no que tange ao estímulo para que o discente pensasse e resolvesse os seus problemas sem depender tanto do professor.

O referido intelectual era um defensor do ensino público para qualquer modalidade

de ensino, assim, ele propôs, em 1974, que, para novamente inverter essa realidade em prol do ensino público superior, este deveria começar a cobrar mensalidades para os alunos, uma vez que, segundo ele, na época, denunciava-se sempre como injustiça o fato dos ricos frequentarem em maior número as universidades públicas e os pobres os estabelecimentos pagos. Para o autor, a exigência de pagamento corrigiria essa injustiça e a receita arrecadada pelos alunos abastados, financiaria o acesso e manutenção de maior número de estudantes carentes por meio de bolsas de estudo. Ainda com essa defesa, Britto (1991b) argumenta que, na realidade, não existe ensino gratuito, sempre alguém paga, e o Estado o faz com os impostos da coletividade e, desde as primeiras séries escolares até o ensino superior há sempre despesas indiretas que o alunado e suas famílias custeiam, como transporte, livros, fardamento etc. Assim, a chamada gratuidade do ensino superior, limita-se apenas ao não pagamento de anuidades ou mensalidades.

Então, de acordo com sua análise e seus argumentos, se os estudantes universitários tinham condições para pagar os seus cursos, essa verba (que seria suplementar) seria utilizada para a universidade ampliar sua oferta de vagas e acabaria com a dualidade dos dois sistemas: público (e gratuito) e privado (e pago). Na concepção dele, extingiria a desigualdade e serviria para corrigir as distorções no qual estudantes das instituições estatais (e gratuitas) são em sua grande maioria de condições econômicas altas, além do que economizaria do governo que poderia assim investir mais nos ensinos de primeiro e segundo graus.

A partir dessa postura de Navarro de Britto questionamos até que ponto ele era contra a privatização do ensino, nas contradições de seus argumentos, pois, esse tipo de medida estava de acordo os empresários e técnicos da USAID, lembrando que Atcon (1974), um defensor da privatização do ensino, já havia previsto essa alternativa para o ensino superior público do Brasil e da América Latina, desde que foi consultado para indicar os pressupostos da reforma universitária de 1968.

Em suma, as incursões pelo discurso de Navarro em relação a sua concepção de educação e sua atuação enquanto intelectual e político, só reiteram nossa argumentação de que a sua matriz ideológica era burguesa em consonância com as reformas nacionais e internacionais já inspiradas pelo modelo neoliberal ascendente, apesar de defender um ensino público de qualidade para todos, sem distinções de classe, postura essa, aliás, muito próxima da adotada por Anísio Teixeira em sua trajetória. E as acusações de subversão na qual foi acometido durante o seu mandato de secretário de educação, na Bahia, que culminou em sua saída, não se deveu ao fato de representar ameaça ao regime ditatorial imposto no Brasil, pelo contrário, foi mais uma disputa política interna entre as linhas “castelista” e “dura”, como duas faces da mesma moeda. E podemos verificar isso com o fato de que mesmo afastado, todas as reformas e leis por ele elaboradas foram implementadas na Bahia pelos que o substituíram, mesmo quando ACM, seu inimigo político, ocupou o governo do Estado.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ENTRE A CONTINUIDADE E A CONTINUIDADE

Após a chamada Revolução de 1930, o Brasil passou a enfrentar os problemas típicos de uma sociedade burguesa moderna, entre eles a instrução pública popular. Neste período é criado o Ministério da Educação e Saúde, onde a escola pública começa a ser reconhecida como questão Nacional. Em face deste contexto um conjunto de medidas de alcance nacional referentes à educação emergem. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação. Compreender o panorama dos debates e das reformas no contexto republicano e seu projeto educacional, torna-se imprescindível para compreender a emergência da escola pública brasileira. Entre 1930 a 1985 o Brasil experimentou fases marcadas fortemente pelo populismo, pela democracia restrita e ditaduras, ambas distantes dos anseios das massas. A ideia de desenvolvimento esteve muito associada à democratização da educação, centrado no pensamento conservador de educação como privilégio de classe.

A sociedade capitalista, tal como se organizava no final do século XVIII, início do século XIX, estabelecia uma nova concepção de educação em correspondência com as transformações econômicas, a partir da afirmação da sociedade liberal, fundamentava-se em um sistema de competição social e econômica. A doutrina liberal atribuiu à educação escolar papel preponderante na construção da sociedade.

Apreende-se que a escola pública perpassou por diversos períodos históricos, sendo foco de diversas interpretações, cuja hegemonia estava centrada em uma visão de modernização-conservadora da sociedade de classes, conforme ideias de Anísio Teixeira. Percebe-se que a escola pública foi pensada e conduzida, na perspectiva dos interesses de classe, mantendo a ordem estabelecida, favorecendo a classe dominante.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Douglas Santos. **Neoliberalismo, democracia e crise na América Latina**: a gênese do Argentinazo (1976-2001). 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2009.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação entre dois mundos**: problemas perspectivas e orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1958. (Obras Completas). Volume XVI, p. 59-81.

BASTOS, Tavares. **A província**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil republicano**. TOMO III. Economia e Cultura (1930-1964). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 4.vol.

BRITTO, Luiz Navarro. **Educação na Bahia**: propostas, realizações e reflexões. São Paulo: T.A Queiroz; Salvador: Faculdade de Educação da UFBA; Brasília: INEP, OEA, 1991a. Volume I. (Coleção Navarro de Britto).



\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil e na América Latina:** questões relevantes e polêmicas. São Paulo: T.A Queiroz; Salvador: Faculdade de Educação da UFBA; Brasília: INEP, OEA, 1991b. Volume II. (Coleção Navarro de Britto).

\_\_\_\_\_. **Educação:** reflexões que transcendem tempos e espaços. São Paulo: T.A Queiroz; Salvador: Faculdade de Educação da UFBA; Brasília: INEP, OEA, 1991c. Volume III. (Coleção Navarro de Britto).

DREIFUSS, René Armand. **1964:** A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe. 5. Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_.; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernard.; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAUSTO, Boris. **História Geral da civilização brasileira.** O Brasil Republicano: Tomo III. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **A ditadura em questão.** São Paulo: T. A Queiroz, 1982.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1994.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Thompson Learning, 2003.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil.** Bauru-SP: EDUSC, 2004.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **História da escola pública no Brasil:** história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 1-29.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. [1978]. **História da Educação no Brasil.** 36. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

SANFELICE, José Luis. O Manifesto dos educadores (1959) à luz da história. **Educação e Sociedade.** Campinas, 2007, vol. 28, n. 99, p. 542-557. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em janeiro de 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, João Carlos da. História da educação: o tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da educação nova. Anais VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil": "História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas". 30 de junho a 03 de julho de 2009. UNICAMP

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.

XAVIER, Nacif Libânea. **Para além do campo educacional:** um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme:** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-376-7

